

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS AMBIENTAIS E
BIOLÓGICAS**

**Potencialidades e desafios da ATER MULHER:
Um estudo de caso em Wenceslau Guimarães, Baixo Sul da Bahia**

ANAILDES PEREIRA BRITO

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA

Outubro - 2023

Potencialidades e desafios da ATER MULHER:
Um estudo de caso em Wenceslau Guimarães, Baixo Sul da Bahia

ANAILDES PEREIRA BRITO

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Colegiado de Agronomia do
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e
Biológicas da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia como requisito parcial
para obtenção do título de Engenheira
Agrônoma.


Orientadora: Maria Lucia da Silva Sodré

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA


Outubro – 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS


COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO DE ANILDES PEREIRA BRITO

Documento assinado digitalmente
 **MARIA LUCIA DA SILVA SODRE**
Data: 04/11/2023 01:10:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Lucia da Silva Sodré
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **POLIANNA DOS SANTOS DE FARIAS**
Data: 03/11/2023 11:33:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MSc. Poliana dos Santos de Farias
Humana Povo para Povo – Brasil

Documento assinado digitalmente
 **ALICIA RUIZ OLALDE**
Data: 03/11/2023 20:21:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr. Alícia Ruiz Olalde
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (aposentada)

CRUZ DAS ALMAS – BAHIA,

Outubro – 2023

AGRADECIMENTOS

Louvado seja o nome do senhor Deus e a te seja dado toda honra e toda glória, pois a te e ao nosso senhor Jesus Cristo devo dar meus primeiros agradecimentos por ter me concebido o dom da vida, força, coragem e persistência para chegar até aqui nessa longa caminhada. Tu foste meu refúgio e ponto de apoio nos piores momentos, quando achei que não teria força para continuar. Desde o início me mostrou que não seria fácil, mas também não seria impossível e quanto mais difícil fosse o obstáculo a ser superado melhor seria a recompensa.

Em seguida agradeço a minha família por ter me apoiado e ter abraçado a causa junto comigo.

Meu esposo Ademilson Cardoso por ter me incentivado a vim realizar esse sonho e ter mudado toda sua rotina para vim me acompanhar nessa cidade.

Meu filho João Victor por ter me escolhido como mãe e por ter sido meu porto seguro desde seu nascimento, meu caçula Pedro por ter vindo trazer mais alegria e leveza para minha vida.

Agradeço a Minha mãe Marinalva Brito uma mulher guerreira e de uma força incrível e inigualável, por estar sempre do meu lado me dando força e me apoiando para continuar e conquistar meus objetivos e principalmente me ensinando a ser forte.

Minha irmã Daniela Brito essa pessoa maravilhosa a qual tem o sorriso e gargalhada mais linda do mundo, por torcer sempre pelo meu bem, minha vitória e me encorajar para ir em busca dos meus sonhos.

A minha segunda mãe em memória, Maria Felix de Brito (tia LIU), a qual me emociona só em falar seu nome, pois nunca vi uma pessoa com o coração tão puro e tão generoso que me acolheu desde pequena e sempre acreditou em mim, foi com a senhora que aprendi o poder do perdão, não guardar mágoa e principalmente a amar as plantas. Meu tio Antônio Magro que é também meu pai de criação que juntamente com minha tia Liu, me acolheu e me criou ensinando a ter paciência e

não se incomodar com que as outras pessoas falam. Ornelio meu padrasto pelo incentivo. Minha tia Conça por todo o cuidado na minha infância e juventude.

Agradeço imensamente ao meu amigo Fábio Braga por ter me ajudado a conseguir a transferência de cidade do meu antigo trabalho para Cruz das Almas, pois naquele momento eu não teria como vir sem ter um trabalho.

Jerónimo Rodrigues, antigo Secretário de Desenvolvimento Rural da Bahia, que permitiu minha transferência imediata de emprego e ainda com suas belas ou o quanto é gratificante um filho de agricultor familiar cursar uma

Agradeço também a todos meus amigos que contribuíram direto e indiretamente para o meu desenvolvimento e crescimento pessoal. A Raquelice Cardoso essa amiga determinada e dedicada que desde o início desse sonho esteve presente na minha vida, estudando junto comigo, me ajudando e me dando forças para prosseguir.

A Ana Paula Fernandes minha amiga de longas datas que me acolheu em sua residência quando cheguei nessa cidade.

A Ana Carolina Fernandes essa mulher batalhadora e profissional incrível pelos seus conselhos e ensinamentos.

A Adeval Junior esse amigo empreendedor que me fez despertar o meu lado empreendedor.

Estefânia Neves essa amiga centrada pelos conselhos e apoio nas horas difíceis e seu esposo Sidnei Clemente também pelo apoio. A todos meus amigos e colegas da vida e da faculdade que não foram citados, tenham certeza de que com cada um de vocês tive um aprendizado que vou levar para a vida toda.

Agradeço a todas as mulheres do Projeto ATER MULHER do município de Wenceslau Guimarães que me acolheram em seus lares e compartilharam comigo sua rotina de trabalho e seus riquíssimos conhecimentos. Em especial as mulheres do Assentamento Ernesto Che Guevara que aceitaram realizar pesquisa.

Agradeço a UNISOL por ter me permitido viver essa experiência. As Técnicas de campo do projeto (Ligia, Caeline, Sheila, Joelma, Wemilly) mulheres guerreiras, corajosas e dedicadas, às quais me ensinaram a ter força e coragem.

Agradeço à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) a qual me acolheu e deu todos os subsídios necessários para chegar até aqui, pois de uma coisa eu tenho certeza hoje não saio a mesma que entrei. Agradeço também a todos os docentes que compartilharam seus ricos conhecimentos que contribuíram para a minha formação. Ao projeto Mais Mercado o qual atua como Jovem Agente de Comercialização.

Gostaria de agradecer em especial a minha Orientadora Maria Lúcia Sodré por toda simplicidade, ajuda, dedicação, paciência e orientação neste trabalho, é importante ressaltar que o mundo precisa de mais professores como ela.

Gostaria de agradecer a banca por aceitar o convite e dedicar parte do seu tempo para avaliar meu Trabalho de Conclusão de Curso. A Poliana Farias, essa profissional incrível e dedicada, que tem uma paixão imensa pela agricultura familiar, pessoa a qual me inspiro para seguir nessa caminhada de ATER. A professora Alicia Ruiz essa professora que com maestria, humildade e sabedoria compartilha seu rico conhecimento.

Por fim, gostaria de agradecer a todos aqueles que não estão aqui e contribuíram de certa forma para meu crescimento pessoal, profissional e realização desse sonho.

RESUMO

Ainda são poucos os trabalhos escritos sobre a participação das agricultoras familiares na tomada de decisões no que se refere à produção, geração de renda, acesso a recursos, participação em grupos sociais e na distribuição do seu tempo. Para que haja a expansão das capacidades das agricultoras no campo é necessário que ocorra o empoderamento feminino, eliminando as principais fontes limitadoras, como exemplo a pobreza e a opressão. Nesse contexto, deve-se criar ou ampliar o acesso à políticas públicas, saúde, educação, meio ambiente saudável, igualdade e equidade. Nesse sentido, esse trabalho teve como objetivo Identificar principais gargalos que as mulheres agricultoras familiares enfrentam no desenvolvimento de suas atividades de produção e de mercado. O estudo de caso foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo dialogando sobre a agricultura familiar, impacto do projeto de assistência técnica específica para as mulheres, participação da mulher na renda da família e atuação delas na comunidade. Neste trabalho foi possível observar que as mulheres da comunidade enfrentam alguns problemas como falta de crédito para investimento em suas lavouras, estradas ruins e falta de documentos essenciais como o Cefir. No entanto, é possível identificar que o Projeto ATER Mulher contribuiu para mediação de conflitos de interesse na disseminação de conhecimento da área agrícola, formação do grupo produtivo, troca de experiência, orientação técnica, elaboração de documentos importantes para o desenvolvimento das agricultoras (DAP/CAF, comodato, entre outros), inscrição das agricultoras em algumas políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da autonomia feminina, entre outros. Porém, conclui-se que há uma necessidade de uma ATER contínua para incentivar a continuação do grupo produtivo e fortalecimento das mulheres da comunidade.

Palavras-chave: empoderamento da mulher rural, agricultura familiar, caderneta agroecológica, desenvolvimento rural

ABSTRACT

There are still few written works on the participation of family farmers in decision-making regarding production, income generation, access to resources, participation in social groups and the distribution of their time. In order to expand the capabilities of women farmers in the countryside, female empowerment must occur, eliminating the main limiting sources, such as poverty and oppression. In this context, access to public policies, health, education, a healthy environment, equality and equity must be created or expanded. In this sense, this work aimed to identify the main bottlenecks that women family farmers face in the development of their production and market activities. The case study was developed based on bibliographical research and field research discussing family farming, the impact of the specific technical assistance project for women, women's participation in the family's income and their role in the community. In this work it was possible to observe that women in the community face some problems such as lack of credit for investment in their crops, bad roads and lack of essential documents such as Cefir. However, it is possible to identify that the ATER Mulher Project contributed to the mediation of conflicts of interest in the dissemination of knowledge in the agricultural area, formation of the production group, exchange of experience, technical guidance, preparation of important documents for the development of women farmers (DAP/ CAF, lending, among others), registration of female farmers in some public policies necessary for the development of female autonomy, among others. However, it is concluded that there is a need for continuous ATER to encourage the continuation of the productive group and strengthening of women in the community.

Key-word: empowerment of rural women, family farming, agroecological booklet, rural development

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	10
1.1.Objetivos	12
Objetivo geral	12
Objetivos específicos.....	12
2.REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1. Os desafios da mulher no meio rural	13
2.3.2. A ATER na Bahia	21
2.3.3. Projeto ATER mulher	23
2.3.4. Caderneta agroecológica: um instrumento de empoderamento	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1. Localização e características	28
4.2. Perfil socioeconômico das mulheres	30
4.3. Acesso às políticas públicas adquiridas após o ATER Mulher	35
4.4. Atuação do Projeto ATER Mulher	37
4.5. Parecer sobre a caderneta agroecológica	40
4.6 Sonhos	42
5. CONCLUSÕES	43
6. REFERÊNCIAS	45
7. APÊNDICE	49

INTRODUÇÃO

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem importância inestimável para a agricultura familiar, pois, seus serviços são fundamentais no que diz respeito ao processo de desenvolvimento rural, social e de atividades econômicas agropecuárias. Mas, apesar dessa política pública apresentar característica inclusiva, vale ressaltar que, nem sempre foi assim, na maioria das vezes os beneficiários dos projetos de ATER eram homens e raramente havia a participação de mulheres, dados esses que vêm mudando no cenário atual.

Essa política pública deve utilizar instrumentos que facilitem a comunicação e o conhecimento de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, a fim de promover melhores resultados na produção sustentável e valorização do público alvo, principalmente no que diz respeito às mulheres que vivem no campo, onde a relação patriarcal é mais forte, o que torna a invisibilidade do trabalho delas mais incidente.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens, sendo 48,9% de homens e 51,1% de mulheres. Nota-se a importância de existir políticas públicas e projetos que trabalhem com o enfoque na questão de gênero, principalmente para tornar mais visível o papel da mulher e suas contribuições na sociedade e sua Unidade de Produção Familiar (UPF), promovendo assim a valorização dessa categoria.

Vale ressaltar que, a mulher do campo além de ser a principal responsável pela realização das atividades domésticas no lar, ainda desempenha trabalhos na manutenção das lavouras, na criação de animais e na manutenção dos quintais que, muitas vezes, são considerados extensão de suas casas e igualmente desvalorizados. Dessa forma, elas possuem uma importância fundamental na UPF, pois elas participam ativamente tanto da produção (esfera de trabalho produtivo), quanto das atividades de cuidados da casa e dos filhos (esfera de trabalho reprodutivo).

Contudo, em relação à gestão das propriedades, do total geral de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário de 2017 (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens possuem 81%. Isso pode ser explicado em decorrência dos fatores históricos relacionados à

estrutura de patriarcado na qual o homem é visto como responsável pela renda da família e a mulher, por cuidar da casa e dos filhos, sendo a mulher não considerada na participação da economia e gestão do lar.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2019), em 2015, no Brasil vivia uma população rural maior que 11 milhões de mulheres com mais de 15 anos de idade, pouco mais da metade (50,3%) eram economicamente ativas. Considerando o rendimento médio, cerca de 30% ganhavam entre meio e um salário-mínimo e quase 30% não tinham rendimento. Considerando os ganhos de todos os trabalhos, os homens tiveram rendimento médio mensal 28,7% maior do que das mulheres em 2019 (IBGE, 2019).

Nota-se que apesar das mulheres rurais no Brasil estarem se destacando cada dia mais pela sua força, coragem, resistência e persistência, principalmente no que diz respeito a geração de renda e produção de alimento para comercialização e autoconsumo, ainda é muito comum ver esses esforços serem passados despercebidos por parte da sociedade. Além disso, pode-se observar que há uma falta de dados atualizados ou mais detalhados sobre o perfil e as demandas das mulheres agricultoras nos sites do governo, o que, muitas vezes, dificulta no processo de criação de projetos inclusivos para elevação da autoestima e valorização das mulheres.

Embora não existam muitos dados sobre as demandas das agricultoras, existem algumas políticas específicas direcionadas que contribuem para o desenvolvimento delas. Dentre elas é importante destacar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério da Agricultura, linha de crédito chamada Pronaf Mulher; o Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf), que é uma ferramenta de identificação, de agregação de valor e de rastreamento de produtos oriundos da agricultura familiar, o qual tem a modalidade Senaf Mulher; o Programa Fomento Mulher, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), essa foi uma das políticas de maior destaque executada pelo Incra em 2020, (BRASIL, 2021).

Nesse cenário, foram 10.532 contratos assinados com beneficiárias de 978 assentamentos de 23 estados brasileiros, gerando um total demais de R\$ 51 milhões em recursos circulando nas economias locais (BRASIL, 2021).

Na Bahia existe ainda, uma política pública chamada ATER Mulher que visa dar acompanhamento pelo período de 3 anos às mulheres agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, entre outras. De acordo com o edital de chamada pública ATER para mulheres rurais da Secretaria de Desenvolvimento Rural/BAHIATER (SDR/BAHIATER, 2018) nº 002/2018, na Bahia o projeto abrange 11 (onze) territórios baianos e 60 cidades, contabilizando o total de 5.400 (cinco mil e quatrocentas) mulheres, sendo exclusivamente mulheres rurais agricultoras familiares. Vale ressaltar que essa quantidade de beneficiária ainda é muito pequena comparada ao número de agricultoras baiana, pois são mais de 400 cidade na Bahia distribuídos em 27 territórios de identidades.

O município de Wenceslau Guimarães, possui em torno de 162 beneficiárias cadastradas no sistema de ATER (SIATER), que estão distribuídas em 12 comunidades, dentre elas o Assentamento Ernesto Che Guevara escolhido para este estudo. Essa comunidade conta com 20 mulheres cadastradas no projeto, fica às margens da BR 101 e parte dela se encontra com a cidade.

Com base na vivência de campo e atuação profissional foi possível notar alguns desafios e potencialidades nas comunidades contempladas com o ATER Mulher em Wenceslau Guimarães. Diante disso, foi desenvolvido um estudo de caso, para compreender como essa política específica tem contribuído para o desenvolvimento da mulher no campo.

1.1.Objetivos

Objetivo geral

Identificar principais gargalos que as mulheres agricultoras familiares enfrentam no desenvolvimento de suas atividades de produção e de mercado.

Objetivos específicos

- Elencar os principais problemas que as mulheres agricultoras enfrentam na atividade agrícola;

- Analisar como o ATER Mulher tem contribuído para o desenvolvimento das mulheres que participam do projeto;
- Identificar pontos fracos e pontos fortes do projeto Ater Mulher;
- Analisar como o instrumento da caderneta agroecológica e as oficinas temáticas contribuíram para a autovalorização feminina.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Os desafios da mulher no meio rural

Desde muito tempo antes da Revolução Agrícola, a mulher era protagonista no cultivo de plantas e sementes e ao homem cabia o papel de caçador e coletor de frutos, isso cerca de 10-12 mil anos (Cardoso e Schmidt, 2019). Mas após isso, as desigualdades de gênero cresceram em todas as camadas sociais, no campo e na cidade. As relações patriarcais enraizaram-se profundamente na vida das comunidades, principalmente no meio rural (Cardoso e Schmidt, 2019, p. 59).

Apesar da igualdade de gênero ser um tema cuja importância é indiscutível e garantida formalmente tanto nacionalmente quanto internacionalmente, na prática ainda é notório a sua banalização principalmente no meio rural, onde as relações patriarcais são ainda mais fortes e presentes. Pois, apesar de ter ocorrido evolução importante em relação à igualdade de gênero nos últimos anos, ainda está longe de acabar a desigualdade entre homens e mulheres. Isso está associado a um fenômeno cultural e histórico que é a reprodução da desigualdade que afeta as mulheres, por conta da organização da sociedade que tinha o homem como superior a mulher, por considerá-las como seres frágeis. Onde o ser feminino era visto pela sociedade como propriedade do homem, e elas lhes deviam submissão, isso tornavam o ser masculino seres superiores.

De acordo com Rodrigues (2012) às condições da mulher rural de baixa renda e de pouca escolaridade que sobrevive do trabalho nas lavouras, sofrem com o preconceito e dificuldades impostas em relação ao acesso à terra, créditos e insumos agrícolas.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), as atividades domésticas desenvolvidas no âmbito familiar, assim como às ligadas à reprodução, sempre possuíram um caráter de invisibilidade, já que não possuem um valor econômico agregado, dentro do sistema capitalista. Depois da inserção do capitalismo as mulheres passam a fazer parte do sistema de produção, que antes era destinado apenas para os homens. Elas começam a trabalhar fora de casa, passando a acumular uma dupla jornada, já que os homens não se dispuseram a participar dos trabalhos domésticos, mas isso não significa a conquista da autonomia feminina, por conta delas ainda aceitarem ser submissas à figura masculina (ONU, 2018). Uma analogia importante é feita por Assis e Podewils (2021), onde cita que as mulheres reunidas em coletivos é um perigo para o capitalismo, pois isso contribui para que elas reconheçam seus direitos.

Se tratando da divisão sexual do trabalho construída pelas regras de cada sociedade tende a atribuir aos homens àquelas atividades vinculadas à esfera pública e à mulher a esfera doméstica, ou seja, privada. A disseminação dessa cultura produz profundas desigualdades de gênero na sociedade, uma vez que as atividades desempenhadas pelas mulheres não são valorizadas da mesma forma das que são executadas pelos homens (Sousa; Guedes 2016). E mais uma vez a cultura e a história influenciam de forma direta nos costumes, pois o homem sempre foi tido como o provedor da família, ou seja, aquele que deveria sair em busca do sustento dos filhos e a mulher como responsável pela casa, pelos filhos e pelo marido (Cardoso; Schmidt, 2019).

Essa falta de reconhecimento pode acarretar a sobrecarga da mulher, que muitas vezes trabalha fora para ajudar a arcar com as despesas de casa e ao fim do seu expediente chegam em sua residência e vão realizar trabalhos domésticos. Portanto, isso acaba causando esgotamento físico e emocional, comprometendo assim sua saúde, não só física, mas também emocional, questão essa que vai além da visibilidade (Sousa e Guedes, 2016).

De acordo com o IBGE, em 2016 as mulheres de 14 anos ou mais desempenhavam em média 20,1 horas semanais de atividades domésticas não remuneradas, já os homens desempenham 11,1 horas semanais. Em 2016, a jornada total média das mulheres era de 54,4 horas, enquanto a dos homens era de

51,5 horas. Para piorar, apenas 20,3% das mulheres acima de 16 anos com filhos/as pequenos tinham acesso à creche para todos eles (IBGE, 2016). O cenário tende a se agravar na medida em que há uma tendência de envelhecimento da população brasileira, e que a responsabilidade do cuidado à dependentes continua relegada às mulheres (IBGE, 2016).

Segundo a ONU, o 5º dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentados pela Agenda 2030, tem como meta a ser alcançada a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Fazendo uso de princípios contidos nas principais normas internacionais relativas aos direitos humanos das mulheres, tais como a Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Plataforma de Ação de Pequim (ONU, 2018).

De acordo a Constituição Federal, artigo 3º inciso IV, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. O artigo 5º preconiza que todos são iguais perante a lei e que, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição. (BRASIL, 2006).

2.2. Empoderamento da mulher no meio rural

No meio rural, mesmo diante da importância do empoderamento das mulheres na agricultura e do aumento das discussões a este respeito no Brasil, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos e científicos focados em analisar a participação feminina na tomada de decisões em âmbitos da produção, geração de renda, acesso a recursos, participação em grupos sociais e na alocação do tempo (Cardoso; Schmidt, 2019). Para Vedana (2023, p. 3) “o empoderamento torna-se uma ferramenta fundamental que oportuniza a elas o papel de agente efetivo no desenvolvimento e no bem-estar do campo”.

Porém é possível observar que na sociedade o homem atua como responsável pela negociação no espaço público, já a participação da mulher rural na geração de renda e produção de excedentes direcionados ao mercado quase

desaparece diante da atuação do homem (Vedana *et al.*, 2023). Com isso Araújo (2020) cita que:

O fortalecimento da produção das mulheres rurais, através de acompanhamento técnico da produção, organização de grupos de mulheres nas comunidades rurais e fomento do feminismo, veio a partir da auto-organização das mulheres em movimentos feministas como a Via Campesina, Marcha das Margaridas, Marcha Mundial das Mulheres; movimentos e coletivos esses que protagonizaram a incidência das pautas e demandas específicas das mulheres nas políticas de agroecologia no Brasil (Araújo, 2020, pag. 25).

A autora ainda traz uma discussão importante sobre o trabalho realizado pela mulher no meio rural na maioria das vezes ser considerado como uma ajuda pelos produtores. Em consonância disso, considera-se trabalho as atividades desenvolvidas na esfera produtiva, já as múltiplas tarefas desenvolvidas no espaço do consumo da família não são consideradas trabalho. Contudo, as mulheres são colocadas como subordinadas e seu trabalho é considerado como leve, além de ser mal remunerada, graças a hierarquia da família (Araújo, 2020).

Para SEN (2000), o desenvolvimento é como expansão de liberdades substantivas e como meio de eliminação de privações de liberdades. A condição de feitor está limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos.

O movimento feminista traz a premissa que uma das alternativas para quebrar o padrão social entre gêneros é através da autonomia econômica das mulheres(...)Tal conquista está atrelada ao acesso a políticas públicas, aos recursos necessários para produzir, ao controle sobre o seu tempo, seu próprio corpo e sua vida (Araújo, 2020, pag. 28).

Desse modo, fica evidente que a falta de autonomia feminina não é definida pela falta de atividades produtivas, pelo contrário ela tem uma sobrecarga por acúmulo de funções, pois “as encontramos ativamente na produção dos quintais, criando pequenos animais, fazendo extrativismo, beneficiando alimentos, no trabalho doméstico e no trabalho do cuidado das pessoas, principalmente” Araújo (2020, pag. 28).

Portanto, para que as mulheres sejam inseridas à economia é necessário repensar sobre o conceito de trabalho. Pois de acordo com Araújo (2020, pag. 39)

Para que as relações humanas sejam justas e igualitárias é necessário que o desenvolvimento econômico seja pautado sobre o trabalho e nas formas de vida e socialização das mulheres, considerando além do trabalho produtivo, a reprodução social.

Portanto, deve ser compreendido que o trabalho doméstico e o cuidado com a família fazem parte da economia. Ainda de acordo com Araújo (2020), para que isso ocorra, o feminismo necessita ser tratado como instrumento fundamental, a fim de que exista a ampliação da economia e passando assim a considerar mulheres como sujeito economicamente ativo, não apenas como uma ajuda nas atividades produtivas ou que não fazem nada quando estão realizando atividade reprodutiva.

Deste modo, se torna essencial citar que a participação política, o enfrentamento à violência, a seguridade social, a valorização do salário-mínimo e a oferta de uma infraestrutura pública de serviços como saúde e educação, contribuem para a autonomia da mulher. Por outro lado, no que diz respeito à autonomia econômica das mulheres, é necessário discutir sobre o acesso às políticas públicas e a expansão das capacidades das mulheres do campo (Araújo 2020).

A autora ainda cita que para que haja a expansão das capacidades das pessoas é necessário eliminar as principais fontes limitadoras como, por exemplo, pobreza e opressão, e criar possibilidades de acesso à saúde, educação, meio ambiente saudável, igualdade e equidade.

O interesse no aumento e acúmulo do capital e da estrutura de exploração de classe faz com que o Estado desempenhe um papel de apoio à família tradicional, onde o marido é o provedor com mulher e filhos dependentes, fazendo com que as mulheres executem apenas o trabalho doméstico não pago. Pinheiro (2015) destaca que isto, por um lado, permitiria o aumento do exército industrial de reserva e o pagamento de salários menores às mulheres e, por outro, estabeleceria o gênero

feminino como responsável pela economia familiar e, assim, pela reprodução das forças de trabalho (Pinheiro, 2015).

2.3. A assistência técnica e extensão rural no Brasil

A assistência técnica e extensão rural têm importância inestimável para o desenvolvimento do campo. Através dela as/os agricultoras(es) podem ficar por dentro do conhecimento de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal, zootécnicas, pesca, entre outras (Peixoto, 2008).

Esse tema está em constante discussão, entre as universidades, governo, agentes de extensão rural e agricultores, a fim de buscar melhorias para atender os agricultores de base familiar. Entretanto, é importante ressaltar que essa política nem sempre foi inclusiva, por isso sofreu várias alterações para chegar aonde está.

Por volta dos anos de 1948 foi criada, em Minas Gerais, a primeira instituição a adotar um modelo de ATER, com o objetivo de melhorar as condições não apenas sociais, mas também econômicas dos produtores rurais. A Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) seguiu o modelo norte-americano, oferecendo assistência técnica e financeira para quem adotasse as inovações levadas por eles (Castro; Pereira, 2020). Os profissionais que faziam parte da equipe eram especialistas em agricultura (geralmente agrônomos) e economia doméstica (mulheres especializadas em economia doméstica), inspirado no modelo americano (Pinheiro, 2016).

De acordo com Pinheiro (2016) às economistas domésticas naquela época, reforçava a ideia de que o papel da mulher se restringia ao privado. Pois elas davam assistência técnica às esposas dos agricultores, ensinando cuidados relativos com a saúde da família, horta doméstica e produção de roupas caseiras.

Em 1960 a Revolução Verde foi introduzida no Brasil e por meio dela surgiram os pacotes tecnológicos, onde foram incorporados insumos agrícolas, como máquinas, implementos, sementes, defensivos e fertilizantes (IPEA, 2020). Nesse período houve muitos investimentos em formação de pesquisadores especialistas da área agrária para incentivar a realização de estudos agropecuários.

Com isso, a agropecuária brasileira teve uma mudança significativa por conta das inovações tecnológicas que conseqüentemente acarretou o aumento de produtividade das lavouras e da produção de animais e derivados. Contudo, foram criados órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), instituições estaduais de assistência técnica, e houve um certo fortalecimento das universidades de áreas afins e investimentos em crédito agrícola (Castro; Pereira, 2020). Para Matos e Pessôa (2011), isso só foi possível no contexto de uma conjuntura política em que o Estado foi o condutor, por meio desses investimentos.

O profissional da Assistência Técnica e Extensão Rural, conhecido como extensionista, surgiu a partir desse período com intenção de orientar os agricultores sobre como utilizar as práticas, técnicas e tecnologias mais eficientes na produção agropecuária. Esses novos métodos de produção foram adotados na sua maioria por produtores rurais de base capitalista e latifundiários, e, em menor escala, por agricultura de base familiar, devido sua renda e os altos preços dos insumos (Castro; Pereira, 2020).

De acordo com o mesmo autor, em 1975 foi criada a primeira Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e a ACAR passou a se chamar Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), empresa estadual subordinada à primeira. O conhecimento e as tecnologias eram passados pela EMBRATER para a rede de entidades brasileiras de assistência técnica, as quais tinham a função de disseminar as inovações tecnológicas no meio rural brasileiro.

Para Silva (2016) a democratização do país no ano de 1986 foi o momento ideal para o surgimento dos movimentos sociais extensionistas. Com isso, A EMBRATER estimulou o 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Decreto no 91.766, de 10/10/1985 –, o qual propôs ações voltadas prioritariamente para os/as agricultoras (es) e assentados rurais, além de novas metodologias de capacitação extensionista.

Entretanto, devido a uma crise fiscal ocorrida nos anos 80, culminou na extinção da Empresa Brasileira de ATER, prejudicando assim em maior escala os pequenos produtores e agricultores familiares (Castro; Pereira, 2020). Com o passar

dos anos, foram surgindo outras fontes de assistência técnica, como por exemplo: a assistência técnica prestada pelas empresas que vendem insumos tecnológicos; estabelecimentos rurais que contratam profissionais para prestarem esse serviço; e surgiram as cooperativas, que possuem profissionais especializados para atender os cooperados, no qual tem maior incidência no Sul do país (Castro; Pereira, 2020).

Segundo Pinheiro (2016) em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que o objetivo vai além do Crédito Rural, pois visa entre outras coisa promover o estímulo à pesquisa para desenvolvimento e difusão de tecnologias adequadas; o aprimoramento profissional; levantamento e execução de demandas locais das/dos agricultoras (es) e suas organizações; e o empenho da participação dos/das mesmos (as) e suas organizações, por meio de fomento de processos participativos e descentralizados.

Em 1999 foi criado o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) pela medida provisória nº 1.911-12 e sua última estrutura regimental foi definida pelo decreto nº 7.255 de 4 de agosto de 2010. Tinha por competências a reforma agrária e reordenamento agrário, regularização fundiária na Amazônia Legal, promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Foi extinto em 2016 e absorvido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD), mas atualmente após a posse do novo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, esse órgão foi reativado e retornou suas atividades como era antes.

2.3.1 Política Nacional da Assistência técnica e Extensão Rural (PNATER)

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), que foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar.

O artigo 3, inciso V da referida lei tem como princípio da PNATER, a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia, e, seus objetivos são dentre outros: aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; promover a melhoria da qualidade de vida de seus/ suas beneficiários(as); assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional (BRASIL,2010).

Podem ser beneficiados os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais. Mas para comprovar que são agricultores e agricultoras é necessário que os beneficiários tenham Declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) Cadastro de Agricultor Familiar (CAF) ou precisa estarem escritas na Relação de Beneficiário (RB), homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária – SIPRA (BRASIL 2010).

2.3.2. A ATER na Bahia

A assistência técnica e extensão rural na Bahia passou por várias modificações ao longo do tempo até chegar ao modelo que se encontra atualmente. Em 1954 surgiu no estado a ATER e seguiu o modelo nacional, onde a ANCAR que tinha sede em Recife prestava esse serviço para os estados do nordeste, inclusive na Bahia. No entanto, por volta de 1970 com a federalização dos serviços, criou-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATERBA), que era vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), (Silva, 2020).

Mas em 1990 com a extinção da EMBRATER houve um impacto no serviço de extensão e as ações de ATER passaram a ser orientadas pelas políticas do governo estadual. Porém, em 1991, com a reforma administrativa estadual, as empresas de pesquisa e de extensão foram extintas e em seguida, criou-se a

Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), com o objetivo de atuar na pesquisa e extensão do estado (Silva, 2020).

Segundo a ASBRAER, a EBDA surge em 1991 a partir da fusão entre a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (EPABA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA). Ela teve como parceiros o Governo do Estado e a EMBRAPA, onde atuava em 417 municípios baianos. Acredita-se que mais de 300 mil agricultores familiares eram atendidos por ela. A mesma era vinculada à SEAGRI atuava com organizações não governamentais e tinha convênios com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), além de contratos com empresas de biodiesel.

A EBDA possuía espaços físicos em vários locais do estado, onde contava com 20 gerências regionais, 132 escritórios locais, 19 estações experimentais e 10 centros de formação de agricultores familiares (Silva, 2020). Esses espaços eram procurados por agricultoras e agricultores para elaboração de projetos agropecuários, emissão de documentos rurais, inscrição em programas sociais rurais (garantia safra, bolsa verde, água para todos, habitação rural etc.), acompanhamento técnico e tirar dúvidas de assuntos do meio rural, entre outros.

Segundo Silva (2020) o modelo de ATER executado pela EBDA era questionado pelos movimentos e organizações sociais, e então surgiram entre a EBDA e os movimentos e organizações sociais conflitos ideológicos sobre a concepção de ATER. Com isso, os movimentos sociais traz a pauta da criação de modelos de extensão com um novo paradigma agroecológico, maior abrangência do público beneficiário e mudanças nas metodologias de trabalho. Além disso, eles trazem a demanda de terceirizar a realização dos serviços de ATER tendo acesso a recursos públicos. Em decorrência desse conflito, surge a necessidade da elaboração e implantação da Política Estadual de ATER (PEATER), onde contempla as demandas dos movimentos e organizações sociais de terceirizar a ATER na Bahia.

E em 2014 após uma reforma administrativa a EBDA foi extinta com o discurso de que a causa seria a “ineficiência e baixa qualidade na oferta dos

serviços, discurso muito comum na argumentação favorável à privatização e terceirização de serviços públicos” (Silva, 2020, pag. 235).

Com isso o Estado promove a descentralização dos serviços de ATER, que passam a ser terceirizados e executados em diferentes modalidades e por diferentes instituições não governamentais. Então entre os anos 2014 e 2015 na transição de governo, foi proposta a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), para tratar especificamente da temática rural para a agricultura familiar. Para compor a SDR cria-se a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), que substitui a EBDA, e a Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária (SUTRAG). A Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), a Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF) e a Campanha de Ação Regional CAR foram transferidas de outras secretarias para a SDR (Silva, 2020).

A SDR tem a função de centralizar as ações de desenvolvimento rural e sua finalidade era formular, articular e executar políticas públicas e programas voltados para a reforma agrária e para o desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais, atender às demandas das camadas populares (Silva, 2020). Já a BAHATER tem a função de promover a gestão e execução da ATER, bem como promover a articulação com as demais políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e promover a fiscalização dos contratos de ATER.

A institucionalização da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER) possibilita que o Estado conduza o serviço de extensão por meio de editais de chamada pública. Dessa forma, o Estado terceiriza o serviço de ATER para instituições, empresas privadas e prefeituras municipais, assumindo apenas a função de articular, financiar, monitorar e fiscalizar o serviço de ATER (Silva, 2020). Na qual seu vínculo é feito por meio de convênios e contratos. Assim, a BAHATER lança os editais de chamada pública (como é o exemplo do ATER Mulher) com um número limitado de beneficiárias, onde as instituições concorrem para prestar o serviço de ATER.

2.3.3. Projeto ATER mulher

A ATER Mulheres está associada a uma trajetória histórica de grandes transformações na ATER no Brasil, relacionadas à organização social das mulheres, que forçou a inclusão na agenda governamental de políticas públicas específicas para as mulheres (Araújo, 2020).

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR, 2018) a Chamada Pública de ATER mulher visa promover a oferta da assistência técnica tomando como foco o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza rural, sustentabilidade socioambiental focando na promoção da agroecologia priorizando as questões de gênero e geração de renda, fundamentada no princípio de que as pessoas são centrais na promoção do desenvolvimento. Para a SDR (2018), esse projeto tinha como pretensão a valorização da diversidade cultural da Bahia, tanto pela quantidade de municípios e famílias atendidas, quanto pela incorporação da abordagem territorial como conceito e estratégia que permite o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais dos Territórios de Identidade (SDR, 2018).

O projeto tem como pretensão melhorar as condições de reprodução social das mulheres rurais, através de um serviço qualificado, que incorpora a agroecologia e trabalha a sustentabilidade das Unidades Produtivas Familiares (UPF), com foco em resultados concretos para elevar a qualidade de vida das famílias nos espaços rurais. Essa ação é resultado das demandas sinalizadas pelas mulheres rurais na Conferência de Assistência e Extensão Rural realizada na Bahia em 2016 e nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável.

O serviço de ATER Mulher segundo SDR (2018), tem como objetivo realizar visitas para articulação de políticas públicas de inclusão produtiva e para o acesso a direitos sociais básicos, a organização e estruturação das UPF's, com melhoria dos processos de diversificação da produção, aumento da produtividade e segurança alimentar e nutricional das famílias, o acesso a mercados locais, territoriais, institucionais, aumentando a renda das famílias com a comercialização dos produtos da agricultura familiar e o fortalecimento da gestão, com preservação ambiental, disponibilização e geração de tecnologias sustentáveis e adequadas aos agricultores e agricultoras (SDR 2018). O projeto ATER Mulher utiliza ainda ferramentas como

oficinas temáticas e caderneta agroecológica para promover a autovalorização e empoderamento da mulher do campo.

2.3.4. Caderneta agroecológica: um instrumento de empoderamento

A Caderneta Agroecológica (CA) é um instrumento político-pedagógico e de mensuração que, por meio dos seus registros do que é cultivado nos quintais, auxilia na administração da produção de mulheres agricultoras. Além disso, ela dá visibilidade à contribuição da mulher na manutenção da unidade produtiva, promovendo a Agroecologia, a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda (Lopes Neto *et.al*, 2015).

A CA foi criada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). Seu formato é simples e possui quatro colunas onde é possível registrar tudo que foi vendido, doado, trocado e consumido das coisas produzidas nos quintais ou lotes produtivos das mulheres.

As anotações devem ser realizadas diariamente para evitar esquecer de algum item. Esse instrumento tem como finalidade promover a autovalorização das agricultoras através da mensuração e/ou quantificação do seu trabalho (Neto *et al.*, 2015). Isso contribui para que as agricultoras tenham mais visibilidade no âmbito econômico familiar e principalmente para que elas se autovalorizem e percebam o quanto elas contribuem na renda e alimentação da família.

Segundo Lopes Neto *et al.* (2015), às informações coletadas pela caderneta vão muito além da esfera reprodutiva, logo é a afirmação do papel das mulheres do campo na construção da Agroecologia. Pois, as agricultoras produzem uma variedade enorme de produtos nos agroecossistemas que vai desde hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, sementes, aves, suínos e em alguns casos fazem o beneficiamento desses produtos (Lopes Neto *et al.*, 2015). Dessa forma, elas garantem a soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde e renda de suas famílias.

Esse instrumento ainda permite mostrar a contribuição da mulher na renda familiar, onde na maioria das vezes passa despercebido e era desvalorizado e

invisibilizado, diferente do trabalho dos homens, que são apresentados como o provedor do lar e seu trabalho valorizado. Por esse motivo a caderneta vem com o aparato de tornar o trabalho da mulher visível não só para as outras pessoas, mas principalmente para elas, que muitas vezes acreditam que por não estarem exercendo atividade remunerada, não estão trabalhando (Marinho, 2018). Logo elas vão perceber a sua contribuição na renda familiar, que na maioria das vezes passa despercebido, desvalorizado e invisibilizado, diferente do trabalho dos homens, que são apresentados como o provedor do lar e seu trabalho valorizado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo de caso foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo dialogando sobre a agricultura familiar, impacto do projeto de assistência técnica específica para as mulheres, participação da mulher na renda da família e atuação delas na comunidade. O município escolhido para estudo foi Wenceslau Guimarães, localizado no território de identidade do Baixo Sul na Bahia, que possui em torno de 162 (cento e sessenta e duas) beneficiárias cadastradas no Sistema de ATER (SIATER), distribuídas em 12 comunidades, dentre elas o Assentamento Ernesto Che Guevara, o escolhido para realização do estudo, que possui 20 mulheres cadastradas. A associação da comunidade está regular e, em dias com as documentações.

A instituição que presta o serviço no projeto ATER Mulher é a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL BRASIL). Eram realizadas visitas coletivas e individuais em lote e quintais produtivos, reuniões coletivas, oficinas temáticas, intercâmbio entre comunidades, sistematização de experiências, palestras, entre outras atividades. De acordo com o edital da SDR (2018), cada técnico da instituição deve atender 90 beneficiárias.

A abordagem utilizada na pesquisa foi qualiquanti (qualitativa e quantitativa), onde o uso dos dois tipos de análise busca a complementaridade, para chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão da pesquisa. Além disso, permite a compreensão da realidade local, através da mediação entre pesquisadora

e participantes, em um processo ativo e reflexivo quanto à realidade (Antunes *et al.*, 2018).

Os dados foram coletados a partir de uma amostragem intencional não probabilística (Oliveira, 2001), que significa selecionar os integrantes da população de forma intencional. Nesse caso foram selecionadas 10 mulheres de diferentes faixas etárias que participam de Associação e grupo produtivo da comunidade citada a cima, vinculada ao projeto ATER Mulher. Vale ressaltar que algumas mulheres não estavam em casa no dia da entrevista por esse motivo não foram realizadas com as 20 mulheres. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com 19 perguntas objetivas e discursivas (APÊNDICE A), aplicadas *in loco*, ou seja, na própria comunidade em dois dias distintos. As entrevistadas também ficaram à vontade para falar sobre as experiências com o projeto e fazer suas observações.

Esse trabalho teve como propósito mais centralizado a compreensão de fatos analisados. Desta forma, a análise dos dados realizada foi por triangulação de dados, que é uma estratégia caracterizada pela combinação e utilização de uma variedade de dados e análise dos mesmos e informações que torna possível apreender as dimensões qualitativas e quantitativas da pesquisa. Ao agregar e propiciar o diálogo entre marcos teóricos-conceituais de distintas áreas do conhecimento, com as distintas visões de mundo das informantes da pesquisa. Essa estratégia de análise possibilita o exercício de uma ciência criativa demandante e aberta a um pluralismo metodológico e a uma multiplicidade de visões de mundo (Santos *et al.*, 2018).

Através do resultado das entrevistas das mulheres e visita em campo, foi realizada a análise das respostas e a interpretação dos pareceres das entrevistadas para fundamentar a discussão do presente trabalho. Os dados coletados foram organizados e compilados sob a forma de um banco de dados. A análise dos dados coletados teve como base o método descritivo, sintetizando, organizando com a descrição dos dados permitindo, desse modo, que se tenha uma visão global desses dados, por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas.

cada família assentada. O restante é utilizado como área coletiva, onde a associação local faz seus plantios para manter algumas despesas da comunidade, à exemplo: gastos com o trator, caminhão e para contribuir com algum (a) companheiro (a) que passar por algum tipo de dificuldade, seja ela de saúde ou financeira.

A comunidade é agraciada pela passagem de dois rios, sendo eles: o Rio das Tabocas e o Rio das Almas. Em dezembro de 2021, devido às fortes chuvas ocorridas na região, os rios transbordaram e alagaram algumas casas e áreas produtivas próximas a eles. Com isso, famílias ficaram desabrigadas e tiveram perda na produção, gerando assim um dano econômico para os afetados.

Além disso, a Br 101 que tem um grande fluxo de carros, passa pelo meio da comunidade o que acaba sendo uma potencialidade, por facilitar a escoação dos produtos da agricultura familiar para as cidades vizinhas e outros centros de abastecimento. Porém, no que diz respeito às estradas vicinais, que dão acesso aos lotes produtivos, elas estão degradadas, o que dificulta o transporte da produção até a agrovila no período chuvoso. Nos lotes também há a passagem de uma tubulação de gás da Petrobras, que deve ser tomado muito cuidado ao manusear o solo, para que não ocorra acidente.

Recentemente a sede do Assentamento recebeu calçamento, onde fica localizada a escola de ensino fundamental, do ginásio de esporte, sede da associação comunitária e a sede da regional do Movimento dos Sem Terra (MST) e em torno de algumas casas. Em relação ao transporte público, a comunidade não dispõe desse benefício para levar os (as) alunos (as) da localidade para a escola. Por conta disso, os (as) alunos (as) se deslocam a pé até a cidade para estudar e dependendo da agrovila que fica localizada sua residência, eles chegam a andar quase 1,5 Km.

Em relação às benfeitorias do assentamento, existe uma casa de farinha modelo convencional, onde é realizado o beneficiamento da mandioca, transformando-a em farinha ou derivados de forma manual. Também dispõe de uma estufa coletiva para secagem do cacau das famílias assentadas. Suas casas são

construídas de blocos, mas de acordo com relatos das mulheres, a empresa que começou a construir as moradias não finalizou toda a obra no tempo previsto, de modo que as famílias tiveram que terminar por conta própria.

Em relação ao saneamento básico, as famílias dispõem de banheiro com fossa, onde é destinado os resíduos dos esgotos da residência. A oferta de água para o consumo e realização das tarefas domésticas é feita por meio de um poço artesiano perfurado na própria comunidade. A coleta de lixo acontece na estrada principal e não tem dias definidos para o carro coletar. Para lazer a comunidade conta com um ginásio de esporte e um campo de futebol.

4.2. Perfil socioeconômico das mulheres

As mulheres entrevistadas tinham idades entre 36 e 73 anos, dados esses que demonstram uma deficiência da participação de mulheres jovens no projeto. Isso pode estar atrelado ao processo do êxodo rural que ainda é muito recorrente nas comunidades rurais do país, onde principalmente os (as) jovens acabam migrando do campo para as cidades com a expectativa de conquistar melhores condições de vida. Para a ONU (2018), depois da inserção do capitalismo as mulheres passam a fazer parte do sistema de produção, que antes era destinado apenas para os homens. Elas começam a trabalhar fora de casa, passando a acumular uma dupla jornada.

No que se refere ao estado civil das mulheres (Figura 02), 30% delas eram solteiras e chefiavam as suas próprias famílias, pois todas elas tinham filhos. Isso é interessante, pois distorce a ideia de que a mulher do campo necessariamente teria de oficializar um matrimônio para manter uma família e também distorce a ideia de que apenas com a figura de um companheiro faz um trabalho no campo progredir. Já 20% delas eram casadas e 30% viviam em união estável, formando um total de 50% de mulheres que têm algum tipo de relacionamento conjugal, sendo que apenas 10% delas não tem filhos e o restante tinha entre 2 e 4 filhos. Vale ressaltar que 20% delas eram viúvas e tiveram 10 filhos e atualmente moram em suas casas sozinhas, devido os filhos morarem na sede do município ou em outras cidades com suas famílias.

Figura 02: Estado civil das entrevistadas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Em campo foi possível notar que as mulheres que têm uma idade maior, tem um número maior de filhos, isso pode estar relacionado a falta de políticas públicas nas décadas passadas, pois elas não tinham acesso a métodos contraceptivos (quadro 01).

Quadro 01: Maternidade.

Maternidade	
Nº de mulheres	Nº de filhos/mulheres
1 mulher de 37 anos	0
4 mulheres entre 36 e 52 anos	2
1 mulher de 49 anos	3
1 mulher de 40 anos	4
1 mulher de 73 anos	5
2 mulheres de 60 e 64 anos	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

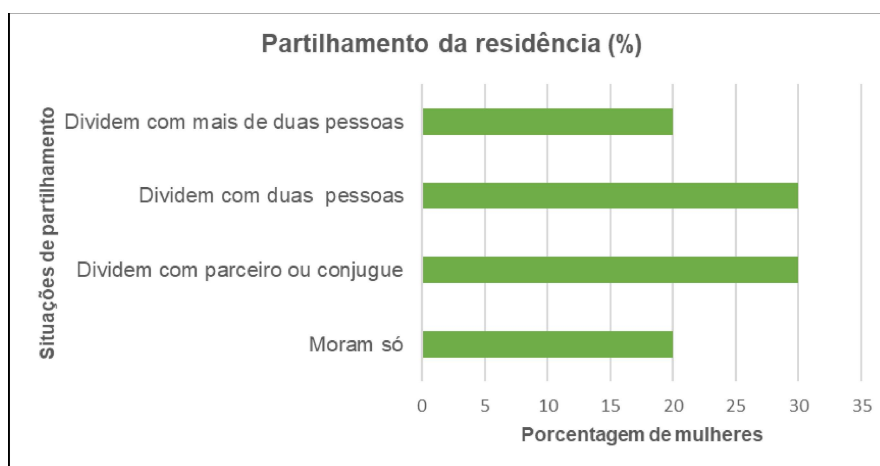
Com relação a maternidade, é possível observar que o número de filhos por mulheres diminuiu em relação a idade, a maioria possui apenas dois filhos, isso pode ser em decorrência do desejo feminino em priorizar no momento seu trabalho e também pelo fato de se ter uma preocupação em ofertar uma educação de

qualidade aos seus filhos e filhas. Tendo em vista que um número menor de crianças implica em mais investimentos na qualidade da educação de cada criança e também na melhor qualidade de vida da família, considerando que o fator renda familiar pesa nas decisões e escolhas da família quando se tem um número de pessoas que deixe a renda per capita baixa.

Outra justificativa pode estar relacionada aos métodos contraceptivos, que hoje são mais acessíveis e a informação sobre prevenção chega com mais facilidade, devido ao acesso à informação.

Com relação ao partilhamento de residência o campo apontou que a maioria dos lares das entrevistadas é formada por uma dupla (caso de divisão com o cônjuge) ou trio (caso de divisão com o cônjuge mais uma terceira pessoa), é interessante observar que ao contrário do cenário de antigamente o número de habitantes por residência no campo vem diminuindo (Figura 03). O fato pode ser em decorrência do êxodo rural que a população do campo enfrenta ou do fato que na atualidade os jovens têm mais acesso à educação e com isso, acesso a mais oportunidades no mercado de trabalho. De acordo com o Censo Demográfico 2022, as residências brasileiras têm em média, menos de três pessoas, representando 2,79 moradores por residência. Já a Bahia conta com 2,77 pessoas por domicílio.

Figura 03: Partilhamento da residência (%).



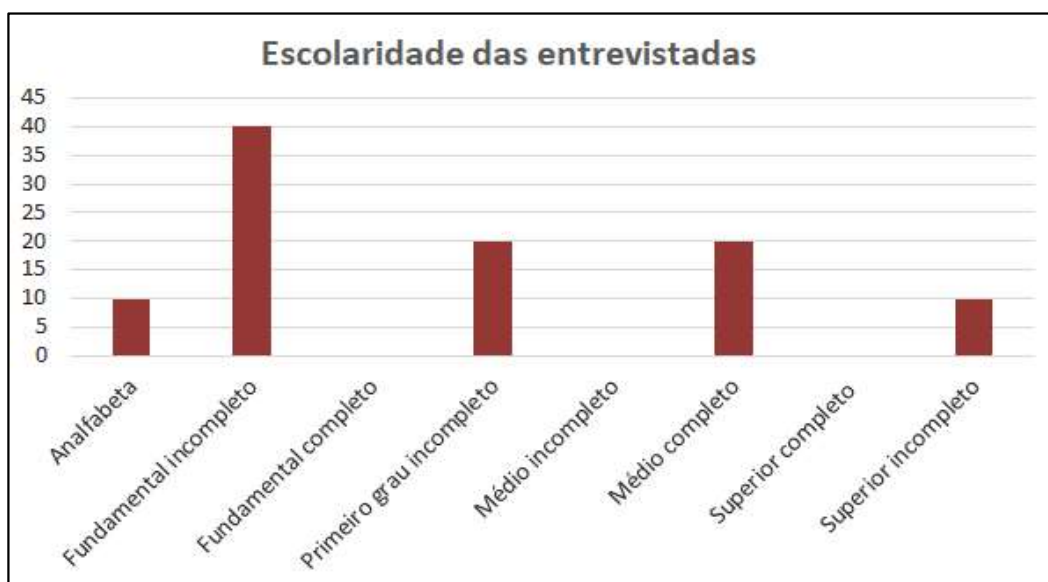
Fonte: Trabalho de campo, 2023.

No que diz respeito à escolaridade das agricultoras, 10% das entrevistadas responderam que eram analfabetas e não tiveram oportunidade de estudar. Isso

pode ser justificado pelo fato de antigamente as meninas não poderem estudar devido o receio que os pais tinham delas mandarem bilhetes para os namorados e serem difamadas, isso demonstra como a relação patriarcal era mais intensa. Outro ponto, que pode estar relacionado a essa questão é que antigamente as meninas tinham que ficar em casa cuidando das crianças mais novas para que as mães fossem trabalhar no campo com seus cônjuges, para trazer sustento para a família. Outra causa que pode explicar essa situação é a falta de escolas nas comunidades rurais próxima e a falta de transporte, onde antigamente as pessoas andava vários KM para poder ter acesso a educação.

Ainda em relação a escolaridade às mulheres que cursaram o ensino fundamental incompleto correspondem a 40% das entrevistadas, seguido de 20% que cursaram o primeiro grau incompleto, 20% que cursaram o ensino médio completo e 10% que cursaram o ensino superior incompleto (Figura 04). Pode-se observar que a maioria das mulheres não chegaram a concluir o ensino médio, onde algumas delas justificaram que tiveram que largar os estudos para trabalharem exercendo atividades remuneradas e outras tiveram que cuidar da família (filhos, filhas e esposos).

Figura 04: Escolaridade das entrevistadas.



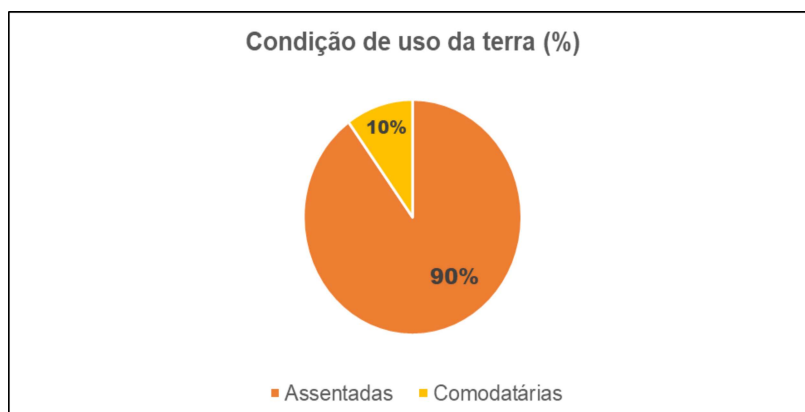
Fonte: Trabalho de campo, 2023.

A economia das mulheres bem como das famílias é baseada na economia solidária, no cultivo em roças e quintais, criação de animais de pequeno porte, no plantio de hortaliças, na fabricação de polpas, no extrativismo vegetal, entre outras. A produção é voltada para o autoconsumo e o excedente é trocado, doado ou vendido na própria comunidade, feira livre ou para atravessadores. A renda das famílias é proveniente principalmente da produção de cacau, banana e graviola, seguido da produção de mandioca, hortaliças, suínos, galinhas, doces, salgados, polpas, artesanatos, entre outros. Vale destacar que 30% delas são aposentadas e 70% recebem auxílio/bolsa família que varia de 600,00 a 750,00 reais. Isso contribui para que haja a permanência das mulheres no campo e promovendo assim o desenvolvimento rural.

As agricultoras beneficiárias do ATER Mulher foram contempladas com o fomento rural, onde investiram em plantações coletivas de feijão, milho e mandioca, que contribuíram para a complementação de suas rendas.

Em relação à condição de uso da terra, 90% das agricultoras são assentadas e 10% delas são comodatárias, ou seja, esse contrato pode ser definido como um acordo ou um contrato onde uma pessoa empresta para outra, parte de seu imóvel ou o imóvel todo, podendo incluir ou não as benfeitorias, esse contrato pode ser feito por tempo determinado ou indeterminado (Figura 05). Isso porque quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realiza o cadastro na Relação de Beneficiário (RB) coloca o nome do cônjuge, ou da mulher. A porcentagem menor é justificada por ser filhas de assentados, a qual obteve o contrato de comodato depois do projeto ATER Mulher

Figura 05: Condições de uso da terra.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

4.3. Acesso às políticas públicas adquiridas após o ATER Mulher

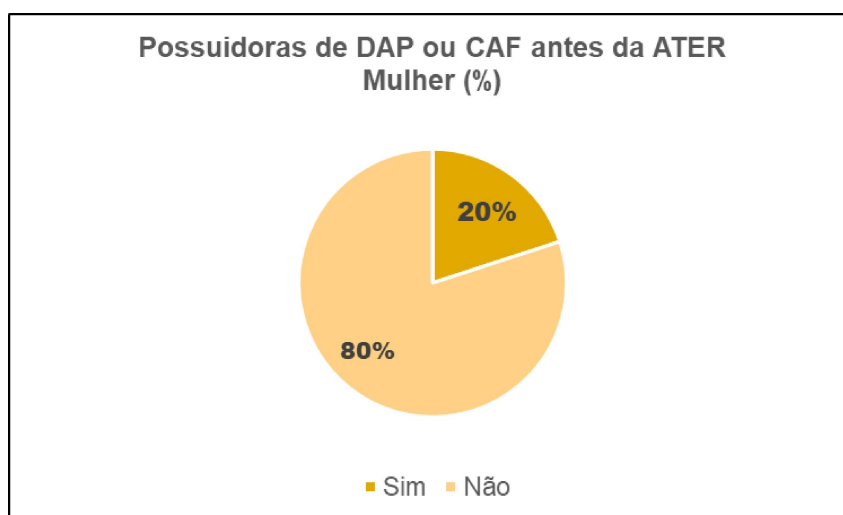
O ATER Mulher é um passo importante dado pelo governo do estado da Bahia no que diz respeito à valorização da mulher no campo. Pois traz uma dinâmica diferente de assistência técnica e extensão rural o qual utilizam vários instrumentos para promover o desenvolvimento e a valorização das mulheres do campo, dentre os quais, a caderneta agroecológica que despertou maior interesse em aprofundar o conhecimento. Esse instrumento, como já destacado, permitiu que elas anotem dados da sua produção e comercialização para que possam quantificar o valor monetário relacionado a venda, a doação, a troca e o consumo desses produtos. Além disso, esse projeto conta com várias oficinas temáticas, a fim de tratar de temas muito importantes para valorização, saúde e desenvolvimento social e econômico das mulheres.

A respeito do acesso das mulheres às políticas públicas, vale lembrar que antes do projeto ATER Mulher elas já eram beneficiadas com algumas como: Os lotes adquiridos através da reforma agrária para realizar os cultivos, a moradia nas agrovilas e as benfeitorias existentes no Assentamento; algumas delas recebem bolsa família e outras são aposentadas. Porém uma das demandas que elas levantaram no diagnóstico comunitário foi a falta de recurso para investir nas lavouras.

Porém, em conversas, elas comentaram que estavam sem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), um dos documentos necessários para a aquisição de crédito do PRONAF. Segundo elas, uma empresa havia coletado os pontos, mas até então não tinha entregado à comunidade. Vale ressaltar que o CAR/CEFIR de assentamentos e comunidades quilombolas são coletivos e são de responsabilidade do INCRA.

Apesar das beneficiárias serem do MST e fazer parte de um assentamento, antes da atuação do ATER Mulher na comunidade, somente 20% delas tinham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)/ Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e 80% delas não tinham esse documento tão importante para acesso a algumas políticas públicas e benefícios rurais (Figura 06).

Figura 06: Posse de documentos



. Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

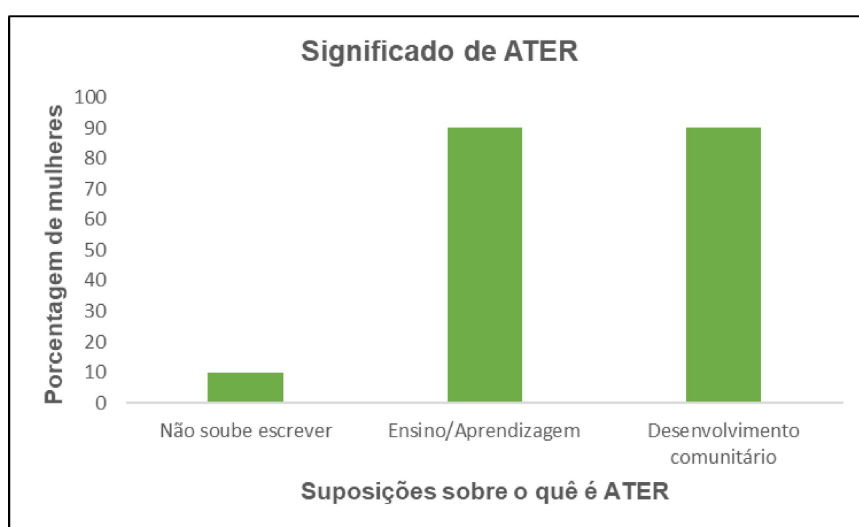
Isso pode ser explicado pelo fato de algumas cidades pequenas estarem longe do Serviço Territorial da Agricultura Familiar (SETAF) e alguns órgãos quererem cobrar para realizar a emissão desse documento essencial para os/as agricultores/as. Após a emissão desse documento, foi possível elas terem acesso a um projeto para a construção de uma cozinha comunitária e ao Fomento Rural no valor de 2.400,00 reais por mulher, sendo que 11 delas foram contempladas, somando um total de 26.400 reais, onde investiram em plantações coletivas. Vale ressaltar que, nem todas as mulheres receberam, devido a pouca quantidade de

cota do recurso do fomento e, algumas mulheres serem aposentadas e terem renda per capita maior que 89,00 reais.

4.4. Atuação do Projeto ATER Mulher

Em campo, quando questionadas sobre o que é ATER? 10% das entrevistadas não souberam descrever e 90% delas responderam que ATER representa ensinamentos e aprendizagem principalmente de algumas técnicas de cultivos, além disso, promove o desenvolvimento comunitário (Figura 07).

Figura 07: Significado de ATER.

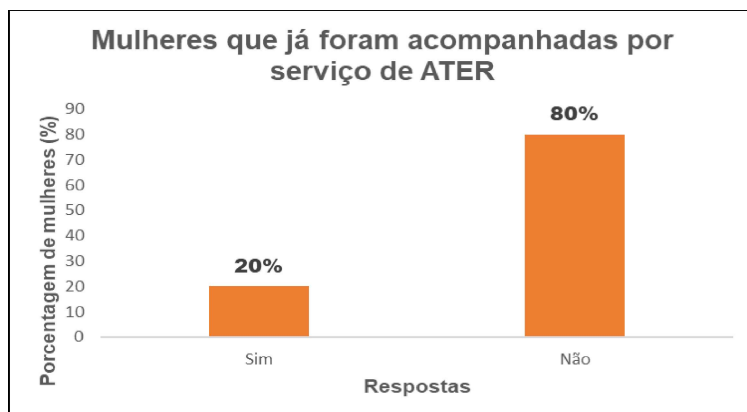


Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Contudo, elas ainda descrevem, que as atividades de ATER realizadas na comunidade eram: Visitas individuais e coletivas, acompanhamento de atividades desenvolvidas nas áreas produtivas, palestras, oficinas e reuniões em grupo.

Ao serem indagadas se elas já haviam sido atendidas por algum projeto de ATER antes, a maioria delas, representadas por um total de 80% responderam que nunca foram acompanhadas. Já 20% delas responderam que sim (Figura 08), e que os agentes extensionistas eram técnicos homens. Com isso, percebe-se que a atuação de mulheres técnicas em projetos de ATER antes era bem pequena.

Figura 08: Presença do serviço de ATER.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Outro ponto importante está relacionado ao número baixo de mulheres que já foram atendidas por projeto de ATER, isso mostra a importância de projetos específicos para essa categoria, para que possa trazer mais desenvolvimento não só para elas, mas para toda a família, pois como entre outras Peixoto (2008) cita a assistência técnica e extensão rural têm importância inestimável para o desenvolvimento do campo.

Quando questionadas sobre as principais mudanças ocorridas na comunidade após a atuação do ATER Mulher, elas citaram que houve o fortalecimento da união, o que possibilitou a formação do grupo produtivo Mulheres em Ação, no ano de 2021. Outro ponto importante para elas foi a aquisição do fomento, o qual investiram na área coletiva do grupo, com plantações de mandioca, feijão e milho. Isso fez com elas produzissem alimentos de forma agroecológica para serem ofertados às suas famílias e aumentassem suas rendas através da venda desses produtos in natura (ex.: raiz de mandioca) e beneficiados (ex.: farinha, beijú). Vale ressaltar que elas não utilizaram nenhum tipo de agrotóxico para realizar o plantio e manutenção das lavouras.

Além disso, as agricultoras falaram sobre o aumento de suas rendas ao aplicarem conhecimentos adquiridos com as agentes de ATER (conhecimentos como: controle de pragas e doenças, consórcio de culturas, diversificação de culturas, adubação orgânica, etc.). Elas enfatizaram também a importância dos eventos em grupo que lhes proporcionaram momentos de descontração nas

reuniões, que de certa forma as tiram da rotina diária de afazeres domésticos e cuidados com as lavouras.

Isso demonstra como é importante realizar dinâmicas em grupo, pois isso contribui para fortalecimento da união e empoderamento feminino. Uma reflexão importante é feita por Assis e Podewils (2021), onde cita que as mulheres reunidas em coletivos é um perigo para o capitalismo, pois isso contribui para que elas reconheçam seus direitos. É através desse conhecimento que elas deixam de aceitar a submissão.

Em relação às mudanças ocorridas na vida delas após o ATER Mulher, elas responderam que: houve aumento de renda; ganho de conhecimento; lucro com o investimento do fomento, com o lucro da roça de mandioca, algumas mulheres investiram em plantios individuais. Elas ainda enfatizam que a troca de experiência foi muito importante para o desenvolvimento delas. Segundo a fala da agricultora Maria Madalena “eu trabalhava por trabalhar e hoje peguei amor em plantar!”.

Isso torna notório o quanto a política pública de ATER é importante para o desenvolvimento das mulheres do campo e de suas famílias. Por isso é tão importante que se tenha uma política de ATER contínua e não dure apenas 3 anos. Araújo (2020) traz uma reflexão que fala que é através da autonomia econômica das mulheres que acontece às conquistas importantes, isso é possível através do acesso a políticas públicas, aos recursos necessários para produzir, ao controle sobre o seu tempo, seu próprio corpo e sua vida.

Ao serem questionadas como era o relacionamento com a técnica, elas responderam que, de modo geral, era bom, muito bom e excelente. Em relação à pergunta se teve alguma dificuldade de entender ou conversar com a técnica, elas falaram que não, pois tudo era bem explicado.

Quando questionadas sobre quais oficinas participaram, todas responderam que participaram de Gênero e divisão sexual do trabalho; Saúde da mulher; Economia solidária e Violência de gênero. Sobre quais diferenças identificaram após participação, elas citaram: o aumento do cuidado com a saúde; cuidado na realização de exames de rotina como preventivo e mamografia; o aprendizado sobre

a divisão de trabalho entre o casal e membros da família; aprendizado sobre os direitos da mulher e identificação dos tipos de violências (onde alguns antes eram desconhecidos para elas como: violência patrimonial, violência moral, violência psicológica, entre outras.); união do grupo e desenvolvimento da comunidade.

Conseqüentemente, quando questionadas se tiveram dificuldades de discutir algum tema desses citados acima, 20% delas falaram que tiveram dificuldade de comentar sobre violência de gênero, porque ficaram sem jeito, pois havia uma mulher no grupo que estava presente que sofria violência física, onde o agressor era o marido.

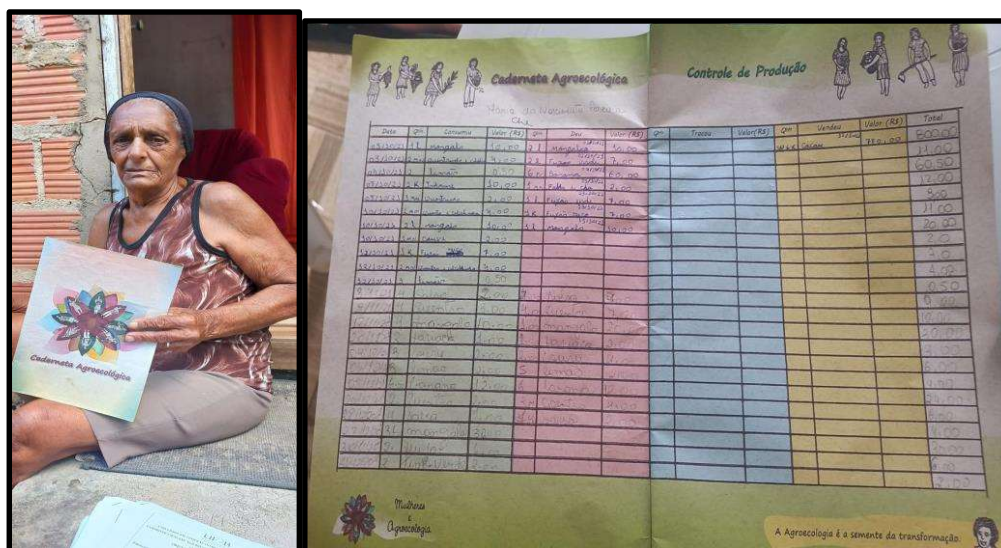
Em relação a didática utilizada para tratar desses assuntos, elas responderam que gostaram e que foi de fácil entendimento. Quanto à dificuldade de participar das atividades do projeto, elas falaram que não tiveram, pelo fato de tudo ser marcado com antecedência, através do grupo de WhatsApp ou pessoalmente.

Conforme a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR, 2018), a Chamada Pública de ATER mulher visa promover a oferta da assistência técnica a partir do desenvolvimento rural sustentável, vale mencionar que depois da presença da política pública na comunidade houve favorecimento da auto-organização dos grupos de trabalho. De tal forma que ao se pensar nas atividades também se pensava na divisão de funções de modo a não sobrecarregar uns mais que outros, além disso muitas atividades com um aspecto agroecológico foram realizadas a exemplo dos dias de campo nos quintais produtivos.

4.5. Parecer sobre a caderneta agroecológica

Ao serem indagadas sobre o que acharam da Caderneta agroecológica (Figura 09), 10% delas responderam que não acharam interessante e 90% falaram que gostou, achou bom e/ou interessante. Porém ao serem questionadas se as colocavam em prática, apenas 70% delas responderam que sim e 30% disseram que não. Em relação a frequência de anotação, apenas 10% falaram que anota diariamente, 40% faziam anotações semanais, 30% anotavam por mês e 20% não anotava.

Figura 09: agricultura com sua caderneta.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Quanto às dificuldades de anotar citadas por elas foram: em sua maioria representadas por 70% das agricultoras responderam que o esquecimento foi a principal causa de não anotar diariamente. Já 20% delas lembraram de anotar, porém tinham dificuldade por conta da escolaridade e dependiam de outras pessoas para realizar essas anotações. 10% delas tiveram dificuldade por questões de saúde de familiares, pois tiveram que ficar um período fora da comunidade.

A dificuldade em realizar as anotações é um ponto importante a ser observado tendo em vista que Neto et al (2015) cita a importância sobre as informações coletadas pela caderneta agroecológica e o quanto esses dados perpassam a questão de produção como também atingem a questão de organização e perfil familiar. Diante do fato é necessário repensar em didáticas lúdicas (desenhos, pintura, música e vídeos com depoimento de outras mulheres que fazem uso desse instrumento) de trabalho que estimulem a anotação de tais dados sem pesar e sem pressionar pessoas que às vezes por falta de orientação ou de uma educação de qualidade possuem uma certa aversão ou desencorajamento pelo anotar as ideias.

Em conformidades aos pontos mais importantes da atuação da ATER Mulher na comunidade as agricultoras responderam: a formação do grupo de mulheres foi

muito importante para elas (Figura 10); a união da comunidade que de certa forma aumentou; as palestras e visitas realizadas nos lotes trouxeram mais conhecimentos; a emissão de DAP/CAF que facilitou o acesso a algumas políticas públicas importante para elas e por fim o recebimento do fomento que gerou renda para elas investirem em suas produções.

Esse resultado mostra o quanto a ATER pode contribuir de forma positiva para o desenvolvimento não só de um grupo específico, mas de toda a comunidade. Deste modo, vale lembrar que, no projeto ATER Mulher tem uma oficina chamada sistematização de experiências, onde as mulheres levam as cadernetas com suas anotações e contam suas experiências com as mesmas. Além disso, a técnica responsável pela comunidade lança essas anotações no Sistema de ATER (SIATER).

Figura 10: Grupo Mulheres em Ação plantando milho.



Fonte: agricultora Cristiane Almeida.

4.6 Sonhos

Na questão sobre quais os sonhos que elas tinham, o que chama atenção é que a maioria delas respondem que querem melhores condições de vida, através do aumento de suas produções para elevar suas rendas, construir uma casa no lote produtivo e continuar fazendo plantação também é o sonho de algumas dela, outras

sonham em começar a criar gado. Para uma delas ser nutricionista e ser mãe é seu grande sonho. Para uma das fundadoras do assentamento seu grande sonho é ser escritora, e escrever sobre sua história de vida e superação, para que servir de incentivo para outras mulheres.

Por fim, um sonho chamou a atenção, que foi o de “consumir alimentos de qualidade e ter uma vida digna” (agricultora beneficiária, 2023). Pode-se observar que em nenhum dos sonhos elas têm vontade de sair do assentamento, porém, elas querem melhores condições de vida para continuar morando na comunidade, fazendo seus plantios e consumindo alimentos adequados, livres de agrotóxicos que possam prejudicar sua saúde. Contudo, elas querem vidas dignas, condições de ir e vir melhores.

Dentre as observações feitas por elas, a necessidade de ter uma Assistência Técnica e Extensão Rural continuada é uma necessidade citada por todas para incentivar a continuação do grupo e acompanhamento das famílias. Outra observação importante foi feita pela Agricultora Beneficiária I (2023) “através do ATER a gente avançou e foi parabenizada na produção e olharam para nós com outra visão e vamos continuar”. Isso mostra o quanto a visibilidade contribui para aumento da autoestima, a autovalorização feminina e lhes permite sonhar.

5. CONCLUSÕES

Muitas mulheres da comunidade são independentes, trabalham por si só, seja com trabalhos no campo, com artesanato, ou trabalho doméstico. Isso evidencia que apesar das limitações físicas que o corpo feminino tem em comparação ao corpo masculino, ainda assim a mulher pode exercer diversas funções, sobretudo na atividade agrícola.

O fato é verídico, sobretudo quando se considera o corpo feminino ele é capaz de passar por processos de transformações e adaptações, a mulher ela menstrua, ela gera um bebê, ela passa por menopausa e mesmo com essas metamorfoses, a mulher em paralelo cozinha, vai a roça, capina, planta, colhe e vende, cuida de seus filhos, do marido e do lar, dá suporte a seus familiares e a si mesma, oferece sua atenção e amizade para seus amigos e aqueles que

eventualmente precisarem. Então como dizer que este corpo é limitado, quando suporta tantas metamorfoses e eventos cotidianos? Como dizer que é mente fraca e vazia quando é capaz de ser sua própria terapia diante tantas situações adversas, pois às vezes nem terapia ela tem tempo de fazer.

Neste trabalho é possível observar que as mulheres da comunidade enfrentam alguns problemas como falta de crédito para investimento em suas lavouras, estradas ruins, falta de documentos essenciais como o Cefir, entre outros. Porém essas coisas não as fizeram desanimar, pelo contrário, elas uniram forças e abraçaram a causa e começaram a construir um capítulo importante para o desenvolvimento das mulheres na comunidade. Fizeram seus plantios com recursos do fomento e com o lucro investiram novamente em lavouras tanto coletiva, quanto individual, foram reconhecidas e parabenizadas dentro e fora do assentamento, o que contribuiu para elevar suas autoestimas.

A contribuição do ATER nessa perspectiva vai muito além de visitas a campo, pois a mediação de conflitos de interesses é uma tarefa feita constantemente por extensionistas, para chegar a uma ideal comum entre todas, e assim incentivar o desenvolvimento comunitário. Com isso, foi possível analisar que o Projeto ATER Mulher contribuiu não só na mediação, mas também na disseminação de conhecimento da área agrícola, formação do grupo produtivo, troca de experiência, orientação técnica, elaboração de documentos importantes para o desenvolvimento das agricultoras, inscrição das agricultoras em políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da autonomia feminina, entre outros.

Por outro lado, observa-se a necessidade de uma ATER continuada, pois 3 anos é muito pouco para fazer um trabalho de qualidade, para promover o desenvolvimento da comunidade. Outro ponto que deveria ser revisto no projeto é a questão da limitação do número de mulheres para acesso ao fomento, pois todas as mulheres que fazem parte do projeto ATER Mulher deveriam ser contempladas. Além disso, o programa deveria expandir para alcançar um número maior de mulheres, pois a quantidade de mulheres que é atendida, é pequena em relação ao todo que necessita de acompanhamento técnico.

Referente à Caderneta agroecológica é possível notar que apesar de elas saberem a importância desse instrumento diante a valorização e quantificação do seu trabalho, elas ainda não fazem o uso diariamente como deve ser. Algumas realizam anotações semanais ou mensais devido algumas limitações como dificuldade de escrever ou esquecimento.

Em relação às oficinas temáticas realizadas na comunidade foi possível analisar que contribuiu para a troca de experiência e ganho de conhecimento sobre os temas citados. Pois alguns dessas oficinas, levaram informações que antes eram desconhecidas para elas, como a identificação de outros tipos de violências que não seja a física e o quanto elas trabalham durante o dia em relação aos homens da família.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, J; SILVA, A.F.; SILVA, A.C.B.A; QUEIROZ, Z.F; Diagnóstico rápido participativo como método de pesquisa em educação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 03, p. 590-610, nov. 2018.

ARAÚJO, R. A. B. de. **Feminismo e autonomia econômica: uma avaliação da ATER Mulheres no município de Currais Novos/RN– 2015/2017**, Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

ASBRAER. Governo da Bahia define pela extinção da EBDA. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/775-governo-da-bahia-define-pela-extincao-da-ebda>. Acesso em 28/08/2023.

ASSIS, L. L. de, PODEWILS, T. L. Mulheres no Capitalismo: Notas para uma educação feminista. *Research, Society and Development*, DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16234>, v. 10, n. 7, e5910716234, 06/ 2021.

BRASIL. **LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010**. Da política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e reforma agrária - PNATER. Brasília, DF, 11 de janeiro de 2010. Disponível

em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm.

Acesso em: 12/07/2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária, 2019. **Mulheres rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos**. Disponível em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mulheres-rurais-se-destacam-em-diferentes-atividades-e-buscam-visibilidade-para-seus-direitos>. Acesso em: 10 mar 2023.

BRASIL. Serviços e informações do Brasil, 2021. **Visibilidade às mulheres do campo**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/03/visibilidade-as-mulheres-do-campo>. Acesso em: 10 março 2023.

BRASIL. Visibilidade às mulheres do campo. **Serviços e Informações do Brasil**, portal GOV. Publicado em 01/03/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/03/visibilidade-as-mulheres-do-campo>. Acesso em: 02/04/2023

CARDOSO, S. S e SCHMID, J. P. Desigualdade de gênero e desafios para o empoderamento das mulheres agricultoras. **Revista Húmus**, vol. 9, num. 26, 2019. disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/11279>.

Acesso em: 01 de jun 2023

IBGE. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, ISBN 978-85-240-4569-1, ano 2023. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 05/10/2023.

IBGE. Estatísticas de Gênero- Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, 2ª ed, n.38, 202, 2018. Disponível em: :

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de->

genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 28/04/2023

MARINHO, W, e CTA-ZM, Arquivo. **Cadernetas agroecológicas**. CTA Zona da Mata, Nº 09 - Novembro de 2018. Disponível em: www.ctazm.org.br. Acesso em: 04/06/2023.

MATOS, P. F., PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território, **Geo UERJ** - Ano 13, nº. 22, v. 2, p. 290-322 - ISSN 1981-9021, 2º semestre de 2011.

NETO, A. A. L., FEITAL, A., LOPES, I. de L., ALMEIDA A. e TELLES L.. Caderneta agroecológica. **Revista Agriculturas**, vol.12, nº4, 2015. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-empoderando-mulheres-fortalecendo-a-agroecologia-290.pdf>. Acesso em: 02 abril 2023.

NETO, A. A. L., FEITAL, A., LOPES, I. de L., ALMEIDA, A. e TELLES, L. Caderneta Agroecológica empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia, **Revista Agriculturas**, Minas Gerais, v. 12 - n. 4, p. 42 a 47, dezembro 2015.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Manual (pós-graduação), UFG, 2011. 72 p.: il, Catalão- Goiás, 2011.

OLIVEIRA, T. M. V. de. Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **FECAP**, Vol. 2 (3) (julho a setembro - 2001. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo__amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf. Acesso em: 20/04/2023

ONU. Direitos Humanos das Mulheres. Equipe das Nações Unidas no Brasil, julho de 2018, Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 09/04/2023

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. 50 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 17 ago. 2023. ACESSO EM 06/05/2023.

PEREIRA, C N, CASTRO, C N de. Assistência técnica e extensão rural no Brasil: uma análise do censo agropecuário de 2017. **Boletim regional, urbano e ambiental**, DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua24art12>, n. 24, jul.-dez- 2020.

PINHEIRO, C. F. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal Fluminense, 173 f, 2016.

RODRIGUES, P. Os desafios e a superação da mulher na agricultura. Hortaliças em revista, **Embrapa Hortaliças**, Ano I, Número 1, p. 6 a 7, Jan/Fev de 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1091226/hortalicas-em-revista-a-mulher-no-campo-os-desafios-enfrentados-e-a-superacao-de-mulheres-que-vivem-da-agricultura>. ACESSO EM 05/05/2023.

SANTOS, K., RIBEIRO, M. C. , QUEIROGA, D. E. U. de, SILVA, I. A. P. da, FERREIRA, S. M. S. O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. Fundação Educacional Jayme de Altavila, Centro Universitário CESMAC. **SCIELO** Brasil, DOI: 10.1590/1413-81232020252.12302018, maio de 2018.

SDR. Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de assistência técnica e extensão rural para mulheres rurais do estado da Bahia. Chamada pública ater para mulheres rurais sdr/bahiater Nº 002/2018, Salvador-BA, 2018. Disponível em: <http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/2018-06/CHAMADA%20ATER%20MULHERES%20RURALS.pdf>. Acesso em: 03/04/2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. M. da S., **Estado, assistência técnica e extensão rural (ATER): o caso da PENATER na Bahia (2015-2018)**, 2020, 429 f, Tese (doutorado)- Universidade Federal da Bahia, Salvador-Ba, 2020.

VEDANA, R., SHIKITA, P. F. A., GARCIAS, M. O., & ARENDS-KUENNING, M. P. (2023). Empoderamento feminino na agricultura: um estudo na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(2), e237944. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.237944>.

7. APÊNDICE

Apêndice A: Questionário aplicado em campo.

Questionário para o TCC		
Nome:		
Comunidade/ cidade/ território:		
Idade:	Estado civil:	Escolaridade:
Quantos filhos:	Condições de uso da terra:	Quantas pessoas moram na casa
Questões sobre a participação das mulheres na ATER Mulher		
1- Você tinha DAP/CAF antes do ATER? () SIM () NÃO		
2- Você tinha contrato de parceria antes do ATER? () SIM () NÃO		
3- O que você entende por ATER?		

4- Como eram realizadas as atividades do ATER?
5- Vocês já foram atendidos por algum projeto de ATER antes? Se sim, foi acompanhadas por técnicos homens ou mulheres?
6- Como era o relacionamento da técnica com você?
7- Teve dificuldades de entender ou conversar com a técnica? Se sim, quais?
8- Quais mudanças tiveram na comunidade depois da assistência técnica?
9- Quais oficinas que você participou? Gênero e divisão sexual do trabalho() Saúde da mulher() economia solidária () violência de gênero. Após sua participação você identificou alguma diferença? Quais?
10- Vocês tiveram de dificuldades de discutir algum tema ? () SIM () NÃO Quais tema e quais foram as dificuldades?
11- Vocês gostaram da didática utilizada para tratar desses temas?
12- Vocês tinha dificuldade de participar das atividades? Quais foram às dificuldades?
13- Existe algum grupo de mulher na comunidade? Se sim, quando surgiu?
14- Quais as principais mudanças na sua vida após a ATER?
15- O que achou da caderneta agroecológica? Você a coloca em prática?
16- Qual frequência de anotação você faz na caderneta agroecológica?
17- Você teve dificuldades de anotar na caderneta? Se sim quais foram as dificuldades?
18- Aponte os pontos mais importantes da atuação de ATER na comunidade
19- Quais seus sonhos?

Apêndice B- Registro de execução da pesquisa de campo

Figura 01: Realização da Pesquisa de campo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Figura 02: Realização da Pesquisa de campo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Figura 03: Grupo mulheres em ação capinando a roça de mandioca.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Figura 04: Grupo mulheres em ação colhendo milho.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.